

A NAÇÃO EM DISPUTA: O HORIZONTE MILITAR ATRAVÉS DA LINGUAGEM NACIONALISTA

A nation in dispute: the military horizon through nationalist language

Una nación en disputa: el horizonte militar a través del lenguaje nacionalista

Gustavo Henrique Pereira

Mestre, Doutorando

Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Ciência Política, Campinas, Brasil

Gpereira03@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5005-6470>



A lista completa com informações dos autores está no final do artigo

RESUMO

Este trabalho apresenta o modo como a nação e o nacionalismo foram analisados por seus autores, apontando as possibilidades interpretativas dos conceitos para, com isso, apresentar a linguagem nacionalista enquanto uma gramática possível para as disputas políticas. Em seguida, é desenvolvido o modo como as forças armadas e o nacionalismo se relacionam, com a nação sendo um dos pressupostos para os exércitos modernos. Nesse sentido, a linguagem nacionalista é compreendida enquanto a linguagem central para o pensamento político dos militares. Assim, analisa-se empiricamente o modo como tal linguagem opera nas disputas políticas dos militares em dois momentos: primeiro, na revista *A Defesa Nacional*, em 1913; em seguida, no embate entre duas lideranças tenentistas, em 1930. Conclui-se, por fim, que o nacionalismo opera como um elemento fundamental para o pensamento político dos militares, mesmo quando seguem posições políticas distintas. Ao fim e ao cabo, a nação almejada é sempre disputada, e sempre reivindicada.

PALAVRAS-CHAVE: Nacionalismo; Linguagens políticas; Militares; Forças armadas; Pensamento militar

ABSTRACT

This work presents how the nation and nationalism have been analyzed by their authors, pointing out the interpretative possibilities of the concepts in order to present nationalist language as a possible grammar for political disputes. Next, it develops how the armed forces and nationalism relate, with the nation being one of the presuppositions for modern armies. In this sense, nationalist language is understood as the central language for the political thought of the military. Thus, the way in which this language operates in the political disputes of the military is empirically analyzed in two moments: first, in the magazine *A Defesa Nacional*, in 1913; then, in the clash between two tenentist leaders, in 1930. Finally, it concludes that nationalism operates as a fundamental element for the political thought of the military, even when they follow distinct political positions. In the end, the desired nation is always disputed, and always claimed.

KEYWORDS: Nationalism; Political language; Militaries; Armed forces; Military thought.

RESUMEN

Este trabajo presenta la forma en que la nación y el nacionalismo fueron analizados por sus autores, señalando las posibilidades interpretativas de los conceptos para, a partir de ello, presentar el lenguaje nacionalista como una gramática posible para las disputas políticas. A continuación, se desarrolla cómo se relacionan las fuerzas armadas y el nacionalismo, siendo la nación uno de los presupuestos de los ejércitos modernos. En este sentido, el lenguaje nacionalista se comprende como el lenguaje central del pensamiento político de los militares. Así, se analiza empíricamente la manera en que dicho lenguaje opera en las disputas políticas de los militares en dos momentos: primero, en la revista *A Defensa Nacional*, en 1913; y luego, en el enfrentamiento entre dos liderazgos tenentistas, en 1930. Se concluye, finalmente, que el nacionalismo opera como un elemento fundamental del pensamiento político de los militares, incluso cuando sostienen posiciones políticas distintas. En última instancia, la nación deseada siempre es disputada y siempre es reivindicada.

PALABRAS CLAVE: Nacionalismo; Lenguajes políticos; Militares; Fuerzas armadas; Pensamiento militar.

1 OS NACIONALISMOS E SUAS LINGUAGENS

Nação e nacionalismo, enquanto objeto de reflexão teórica, demorou um certo tempo para se tornar uma temática de pesquisa consolidada nas variadas ciências humanas. Foi a partir da década de 1960, segundo Eric Hobsbawm (1990), que historiadores e cientistas sociais se debruçaram sobre o que seriam, de fato, as nações e seus respectivos nacionalismos. Assim, incorporando reflexões esparsas, elaboradas em décadas anteriores¹, surgiram elementos comuns permeando as mais distintas interpretações, como o grau de importância da língua, as fronteiras territoriais ou o modo como cada movimento nacionalista mobiliza aspectos históricos.

No entanto, à medida que cada caso concreto foi explorado suas particularidades se sobressaíam a ponto de as diferenças se tornarem não exceções, mas uma regra sobre o nacionalismo enquanto um fenômeno social. Dito de outra forma, as investigações empíricas acerca da formação dos respectivos nacionalismos apontam para a dificuldade existente em criar modelos objetivos – ou mesmo subjetivos – que consigam abarcar cada caso como parte de um mesmo modelo. Para citar alguns exemplos, o aspecto religioso mostrou-se fundamental para o nacionalismo irlandês, enquanto o multilinguismo se tornou característico do caso suíço; o pertencimento milenar a um território é a tônica do nacionalismo israelense, ao passo que o nacionalismo brasileiro ainda encontra dificuldades para criar um consenso nacional que vá além de suas belezas naturais, a benevolência de seu povo e a grandeza de seu território.

Para lidar com algumas contradições contidas na ideia de nação e nacionalismo² Benedict Anderson desenvolveu o conceito que, no entendimento deste trabalho, consegue não apenas sintetizar essas questões como também abre possibilidades para interpretações distintas, amenizando o risco de construir outros modelos para lidar com o fenômeno. A nação seria, assim, uma “comunidade política imaginada”, “limitada” e “soberana”. *Imaginada* porque os membros dessa comunidade, por menor que seja,

¹ Os escritos de Josef Stalin, *O marxismo e o problema nacional e colonial*, e Ernest Renan, *Qu'est-ce qu'une nation*, são duas das referências mais influentes do tema.

² Benedict Anderson identifica três “paradoxos” que permeiam as teorias sobre o nacionalismo: “(1) A modernidade objetiva das nações aos olhos do historiador *versus* sua antiguidade subjetiva aos olhos dos nacionalistas. (2) A universalidade formal da nacionalidade como conceito sociocultural – no mundo moderno, todos podem, devem e hão de ‘ter’ uma nacionalidade, assim como ‘tem’ este ou aquele sexo *versus* a particularidade irremediável das suas manifestações concretas, de modo que a nacionalidade ‘grega’ é, poder definição, *sui generis*. (3) O poder ‘político’ dos nacionalismos *versus* a sua pobreza e até sua incoerência filosófica.” (Anderson, 2008, p. 31)

jamais se conhecerão ou sequer ouvirão falar sobre todos, apesar de existir uma noção de unidade entre eles. Mesmo com possíveis e prováveis diferenças, sempre existirá algo em comum que lhes permita se enxergarem como pertencentes a esta mesma comunidade – nas palavras de Anderson, “uma profunda camaradagem horizontal” (Anderson, 2008, p. 34). As nações são imaginadas sempre de forma *limitada*, pois todas possuem fronteiras finitas e nenhuma concebe a si mesma como universal. Por fim, são imaginadas também de forma *soberana*, pois “sonham em ser livres” (Anderson, 2008, p. 34), com sua liberdade garantida por um “Estado Soberano”.

A nação enquanto uma comunidade imaginada permite ao intérprete olhar para as reivindicações “nacionais” sem tratá-las como menores ou menos legítimas que outras. O conceito de Anderson consegue, assim, abarcar os aspectos objetivos e subjetivos dos nacionalismos, bem como suas contradições. Dessa forma, os nacionalismos de nações diferentes – como o irlandês ou o catalão –, as distintas formas de imaginar uma mesma nacionalidade – quando feita por conservadores ou progressistas dessa nação – ou outros modos de pensar a “condição nacional” a partir de interesses e mecanismos particulares de cada grupo social e político – tal qual os diferentes usos de “nação” feitos por liberais, camadas populares ou governantes, exposto por Eric Hobsbawm (1990) –, são passíveis de interpretações diante do conceito de comunidade imaginada sem cair em algum tipo de relativismo que possa tornar a “nação” uma ideia esvaziada.

Diante da amplitude conceitual contida na possibilidade de se imaginar uma comunidade nacional, este ensaio busca interpretar o nacionalismo também enquanto uma linguagem política. As *linguagens políticas*, tal como desenvolvidas pelo historiador John Pocock, são visões de mundo que representam determinados agrupamentos sociais que as utilizam em contextos de disputa política. Essas linguagens podem carregar marcas institucionais, como a dos juristas ou sindicalistas, bem como marcas ideológicas, como os discursos conservadores ou liberais. Elas podem, também, serem expressas de maneira oral ou escrita e carregam sempre um sentido histórico, apresentando um passado e expectativas de futuro. Vale aqui transcrever uma síntese feita por Pocock:

Quando falamos em linguagens (*languages*), portanto, queremos significar sobretudo sublinguagens: idiomas, retóricas, maneiras de falar sobre política, jogos de linguagem distinguíveis, cada qual podendo ter seu vocabulário, regras, precondições, implicações, tom e estilo. Pode existir um número indefinido dessas sublinguagens no interior de uma determinada língua, e elas podem, conseqüentemente, ser encontradas dentro de um único texto monoglota. Pois essas maneiras de falar, embora com frequência profundamente divergentes, não costumam ter êxito em se excluir umas às outras. [...] Algumas linguagens têm

sucesso em excluir as outras. No entanto, o discurso político é tipicamente poliglota. (Pocock, 2003, p. 65-66)

Dessa forma, o nacionalismo pode ser lido enquanto uma linguagem na medida em que se tornou um meio de disputa política através do discurso, podendo ser mobilizado junto de outras linguagens e, com isso, tendo seu conteúdo em disputa por grupos com posições políticas distintas. A linguagem nacionalista, portanto, traz consigo uma nação imaginada à maneira do agrupamento social que a mobiliza, porém sem perder seu sentido histórico.

Em seus estudos sobre nação e nacionalismo, Eric Hobsbawm (1990) discorre sobre os modos distintos que parte da intelectualidade liberal, as camadas populares e os governantes fazem uso da ideia de nação – mantendo, em boa medida, o recorte do século XIX. O modo como os liberais utilizam o termo se associou bastante a uma perspectiva de desenvolvimento, com sua legitimidade sendo atrelada, inicialmente, ao tamanho territorial e sua capacidade de conquista. Com isso, seu passado deveria apresentar uma associação histórica a um Estado e uma elite cultural há tempos estabelecida, além de se mostrar capaz de atingir um nível de desenvolvimento que lhe permita manter-se viva no jogo de conquistas da época.

Entre as massas populares europeias – local privilegiado para a análise do autor –, Hobsbawm identifica a expressão do “sentimento nacional” à maneira do que ele entende como “protonacionalismo”, isto é, variantes do sentimento de vínculo coletivo já existente, mobilizados pelos Estados ou movimentos nacionais, que podem operar na esfera macropolítica das nações e dos Estados modernos (Hobsbawm, 1990, p. 63). Nas camadas populares, esse protonacionalismo se apresenta através do pertencimento coletivo diante do modo como certas tradições são mantidas, sejam elas culturais, religiosas ou de outro tipo. Contudo, o historiador alerta que os símbolos e práticas cujos vínculos foram mais fortes são aqueles associados a algum corpo institucional, como um Estado, permitindo-lhes se enxergarem como parte de uma comunidade política durável e histórica.

Por fim, o nacionalismo expresso pelas classes governantes precisou buscar maneiras de vincular seus habitantes à administração estatal de modo a garantir a lealdade dos cidadãos a esse Estado. Houve, no entanto, disputas pelo sentimento de pertencimento das massas que, ao fim e ao cabo, foram disputas acerca de qual comunidade imaginada deveria ser buscada. Essas disputas envolveram projetos ideológicos distintos, dinastias e monarquias, bem como movimentos políticos. Assim, o

sucesso de cada administração esteve ligado ao seu nível de sucesso em absorver aqueles símbolos e tradições já existentes entre as massas, tornando-os institucionalmente palpáveis ao passo que eram oficializadas parte das imaginações nacionais não-oficiais.

As diferentes formas de mobilizar o “sentimento” – ou discurso – nacionalista, como apresentadas por Hobsbawm, apontam para a pluralidade de sentidos possíveis pela linguagem nacionalista, e nisso não há incoerência alguma. Recusando a leitura do nacionalismo como uma ideologia, Benedict Anderson acredita ser mais fortuito pensá-lo de maneira próxima ao “parentesco” e à “religião”, e não ao “liberalismo” ou “fascismo” (Anderson, 2008, p. 32)³. Afinal, fruto da modernidade, o nacionalismo é um de seus “sistemas culturais”, capaz de imprimir em sua nação um “passado imemorial” e um “futuro ilimitado”: “é a magia do nacionalismo que converte o acaso em destino” (Anderson, 2008, p. 38). O historiador, portanto, interpreta as nações e seus nacionalismos a partir de uma leitura um tanto antropológica, trabalhando sua subjetividade sem perder a objetividade de vista.

Contudo, interpretar o nacionalismo enquanto uma ideologia ou distanciá-lo dela não é algo trivial no que diz respeito às possibilidades interpretativas dos fenômenos nacionais. O próprio conceito de ideologia apresentou leituras distintas ao longo de sua história, afinal. Para Marx e Engels, em uma das interpretações mais influentes sobre o conceito, a ideologia seria uma forma de encobrir a realidade diante da degradação da vida material sob o jugo do sistema capitalista. Ao suavizar suas contradições, a ideologia as deixava com uma aparência de normalidade (Marx, Engels, 2007)

A partir dessa leitura, parte significativa da tradição marxista passa a adotar, em alguma medida, uma definição de ideologia enquanto um produto desta realidade, cujas causas envolvem fatores como “a necessidade de interpretações simplificadas e fáceis de vender acerca do mundo em que vivemos”, “o desejo de poder e controle de alguns indivíduos e grupos sobre outros” ou mesmo “uma crescente tendência em dividir a atividade humana em compartimentos estanques – a divisão do trabalho – e a separar o pensamento da ação” (Freeden, 2013, p. 24).

³ Para sustentar seu argumento, Anderson traz o exemplo dos cenotáfios e os túmulos dos soldados desconhecidos, presentes em diversas nações, que cumprem sua função justamente por não serem identificáveis. Afinal, “o que mais poderiam ser, salvo alemães, americanos, argentinos, etc.?” (Anderson, 2008, p. 36). Um absurdo seria, segundo Anderson, tentar imaginar algo semelhante para um liberal ou um marxista, pois as ideologias – ao contrário das religiões – não se importariam tanto com a morte e a imortalidade.

O sociólogo húngaro Karl Mannheim parte do marxismo ao compreender a ideologia como fruto de seus respectivos contextos, contudo, buscou ir além. Na medida em que as sociedades contam com múltiplos grupos e classes sociais, seria possível também uma diversidade de formas de pensar capazes de produzir ideologias (Mannheim, 1986). Desse modo, a ideologia não se limitaria a ser um meio de manipulação: com uma grande influência sobre o pensamento humano, as ideologias poderiam se transformar em estruturas de pensamento. Mannheim abre o caminho para a possibilidade de ideologias múltiplas, eliminando do conceito seu limite enquanto um produto do capitalismo, permitindo-o ganhar conteúdos diversos com base em grupos sociais diversos e seus respectivos pensamentos.

Já Michael Freeden, cientista político britânico, interpreta, a seu modo, a ideologia como um “sistema de crenças” organizado em torno de tradições políticas. Assim, trazendo uma definição “de tipo funcional”, uma ideologia deve conter, a princípio, quatro elementos: i) exibir um “padrão recorrente;” ii) ser seguida por “grupos relevantes;” iii) “competir pela formulação e controle de planos em matéria de políticas públicas;” e iv) “fazê-lo com a finalidade de justificar, se opor ou transformar as bases e os acordos sociais e políticos de uma comunidade política” (Freeden, 2013, p. 50).

Apesar de simples, tal definição permite uma abordagem concreta, que leva em conta a diversidade de ideias existentes em cada contexto, as disputas políticas em seu entorno, suas possíveis institucionalizações, bem como a consequência da ação dos atores que podem ou não ser conscientes de suas ideologias. Essa definição também oferece um ponto de partida para discutir quais ideias podem ser entendidas como ideologias ou não e porquê.

Neste exercício de classificação, diante do primeiro elemento, existe, de fato, um padrão recorrente envolto dos nacionalismos. São, a princípio, manifestações culturais consolidadas no século XVIII, atreladas à um Estado – ou em busca de –, cujas bases são suas culturas e tradições locais. Apesar dos nacionalismos serem distintos de um Estado para outro, internamente, mesmo que apresentem alguma flexibilidade, o conteúdo de suas manifestações mantém uma continuidade. No entanto, quanto ao segundo elemento, a adesão ao nacionalismo por grupos relevantes permite duas leituras: i) o nacionalismo enquanto algo que em maior ou menor medida permeia toda a população, ou ii) a existência de nacionalismos diferentes para em cada grupo político ou social enquanto “ideologias” distintas. No segundo caso, talvez seja possível o entendimento de que o nacionalismo econômico exigido por certas elites é diferente do

nacionalismo expresso pelas massas através de suas tradições, que também difere do nacionalismo oficial, de Estado, mobilizado pelo poder central buscando legitimar o governo. Se esses casos forem lidos como ideias distintas e relativamente autônomas entre si, poderá haver, assim, tantos nacionalismos brasileiros, ou franceses, ou americanos, quanto o autor decidir buscar ao analisar os mais variados grupos sociais e políticos de cada país, bem como a própria ideia de Estado Nação se tornaria tão fraca quanto imaginar a existência de um Estado *institucionalmente* agroexportador ou sindical – em sentido ideológico. A própria ideia de nação, atrelada ao Estado, aponta para algo que se propõe estar acima dos agrupamentos sociais encontrando, portanto, aderência em toda a população⁴, mesmo que permita diferenças – ou mesmo disputas – em torno de seu conteúdo.

O terceiro elemento continua a reflexão sobre o segundo: uma ideologia que permeia toda a população não enfrenta concorrência em matéria de formulação política. Nenhuma política se afirma, a princípio, “antinacional”, com o intuito de desfazer esta comunidade. Casos concretos de “lesa-pátria” não são juridicamente recorrentes e tendem a ser combatidos pelo Estado, e os movimentos separatistas almejam, justamente, uma outra – mas ainda assim uma – nação. Existem, todavia, ideias que formulam políticas com visões distintas sobre essa mesma nação. Livre mercado ou protecionismo, centralização ou federalização, reconhecer as etnias existentes no território ou não, são ideias que compõem um certo imaginário nacional, cujas ideologias podem ser liberalismo, socialismo, indigenismo. Assim, o nacionalismo não compete pela formulação de políticas, e sequer busca conservar ou transformar as bases de sua comunidade política, como aponta o último tópico. Estas ideologias citadas sim, podem lutar pelas bases da nação, e podem fazê-lo afirmando serem os nacionalistas legítimos, mas nenhum grupo social terá legitimidade ao se declarar como os únicos e verdadeiros nacionalistas dentro de seu próprio território.

⁴ Talvez alguém queira argumentar que parte da população não é nacionalista. De fato, muitos não se identificam como tal, porém, entendemos aqui que o nacionalismo encontra adesão e afirmação em gradações diferentes. A identificação nacional está tanto nas grandes lutas políticas em nome da nação quanto no hino nacional antes do início das partidas de futebol. Está no orgulho pela seleção nacional após uma vitória em um jogo de copa do mundo, sentido por quem acompanha o esporte apenas a cada quatro anos, mas também no texto do poeta que exalta seu país. O vínculo com a nação pode ser sutil ou extremo, mas ele ainda existe e a nação ainda é a mesma. Aquele indivíduo que se identifica enquanto “não-nacionalista” pode, de fato, sê-lo, mas dificilmente conseguirá reunir seus iguais e adquirir relevância a ponto de se tornarem uma ameaça ao Estado Nação. Ainda nessa situação hipotética, estes “não-nacionais” seriam, de fato, “não-nacionalistas” ou “antinacionalistas” ou apenas se identificariam vinculados a uma outra nação?

O nacionalismo, portanto, dificilmente pode ser lido como uma ideologia estruturada em torno de uma tradição de pensamento político. Sua proximidade à religião ou ao parentesco, como apontado por Benedict Anderson, se dá não por ser sistematizado de forma semelhante a estes dois, mas sim enquanto um sistema cultural que permeia a sociabilidade humana desde, ao menos, a sua consolidação, no século XVIII, cujas expressões podem ser encontradas nos esportes, nas artes ou em qualquer tipo de manifestação cultural de um povo – inclusive na política, quando certos grupos ou lideranças enfatizam o aspecto “nacional” de seus projetos e ideias.

Desse modo, a interpretação do nacionalismo enquanto uma linguagem política da modernidade parte das possibilidades existentes no conceito de nacionalismo, e ganha consistência diante da formulação de John Pocock a partir da qual as linguagens seriam “discursos estáveis o suficiente para estar disponíveis ao uso de mais de um locutor e para apresentar o caráter de um jogo definido por uma estrutura de regras para mais de um jogador” (Pocock, 2003, p. 31). Jogo este no qual os jogadores podem utilizar o respectivo discurso para a disputa política, mas também uns contra os outros, inclusive de modo a alterarem suas regras. Assim, dentro do recorte possível para este ensaio, as linguagens políticas se mostram como uma importante ferramenta metodológica para a análise do pensamento político produzido por oficiais das forças armadas.

2 FORÇAS ARMADAS E NACIONALISMO

Com o advento da modernidade, o meio militar foi gradativamente se homogeneizando às sombras dos exércitos vitoriosos em suas guerras, de modo que, com os devidos cuidados e contextualizações, é possível observar continuidades nos processos de modernização em diferentes exércitos nacionais. A relação direta entre o nacionalismo e os exércitos modernos foi reconhecida tanto por Carl von Clausewitz, importante teórico militar e general que lutou nas Guerras Napoleônicas⁵, observando de perto as transformações militares do período, quanto por Samuel Huntington, um dos precursores dos estudos sobre forças armadas e política nos círculos acadêmicos. Para o general prussiano, o “sentimento nacional” seria um dos grandes valores morais de um exército, ao lado dos “talentos do chefe de guerra” e “as virtudes guerreiras do exército”

⁵ As Guerras Napoleônicas ocorreram entre 1803 e 1815, entre a França de Napoleão Bonaparte contra diversas outras alianças europeias. Esses conflitos revolucionaram o modo de guerrear, marcando a passagem entre o pensamento militar iluminista e o pensamento militar moderno, sendo Carl von Clausewitz seu principal e mais influente pensador. Ver Azar Gat (1989).

(Clausewitz, 1979, p. 211). Este sentimento seria o vínculo sentimental existente entre o indivíduo e sua terra natal – e em uma época em que era comum soldados lutarem por Estados que não os seus, este vínculo se transformaria em uma força maior para os militares que lutam por sua terra de origem. Contudo, apesar de não descrever em detalhes tal sentimento, é possível encontrar passagens nas quais nação e povo estão relacionadas, como a que o general descreve o momento em que o “povo” francês, como uma “força que ninguém imaginara” tomou para si a guerra contra a Prússia e a Áustria, em 1793. Com isso, “a participação do povo na guerra, em lugar dum Gabinete ou dum exército, fazia entrar no jogo uma nação inteira com o seu peso natural” (Clausewitz, 1979, p. 722). Dentro dessa concepção, portanto, um exército nacional seria aquele que não apenas luta por sua nação, como também representa em combate o seu povo.

Já Samuel Huntington, no clássico *O soldado e o Estado* (1996), aponta como fator definitivo para a profissionalização das forças militares após o século XIX justamente a lealdade dos soldados à nação. Diferente dos mercenários, o oficial profissional “tem que ser leal a uma instituição normalmente aceita como corporificando a autoridade da nação” (Huntington, 1996, p. 53). O aspecto nacional de um exército profissional se consolida por meios institucionais na medida em que as forças militares passam a ter, como única autoridade, o Estado nacional. Desse modo, através de reformas que reestruturaram a carreira do oficial, tal exército se transformou, gradativamente, em uma força permanente, com carreira definida e diretamente vinculada ao aparato estatal.

O nacionalismo tornou-se, portanto, uma das marcas de origem dos exércitos modernos, o que faz dele um ponto de partida privilegiado para compreender as ideias políticas oriundas do meio militar. Entretanto, se a linguagem nacionalista pode ser plural, trazendo em seu conteúdo diferentes maneiras para se imaginar uma nação, deve-se também aceitar que o modo como diferentes oficiais militares mobilizam seus anseios nacionais possa não apenas se distinguir entre si, como, por vezes, se oporem – como poderá ser observado em momentos do exército brasileiro.

No Brasil, as forças armadas – com evidente predominância da força terrestre – sempre foram atores políticos importantes, seja no cumprimento do dever repressivo do Estado ou participando de debates e disputas políticas abertas, com claras ameaças e tentativas de golpes militares. Mas essa presença na arena política não foi suficiente para que seu processo de modernização tivesse início antes da primeira década do século XX, com o envio de alguns oficiais para treinamento na Alemanha. Apenas em 1922 esse processo ganha força e amplitude, com a contratação de instrutores franceses para

treinar, formar e reformular setores do exército (Bellintani, 2009; Carvalho, 2019; McCann, 2007).

A modernização em curso formou oficiais com preparo destacadamente superior em relação às gerações anteriores, fato que contribuiu para acirrar as disputas internas na caserna entre oficiais mais velhos e outros mais novos, bem como entre visões distintas sobre as bases políticas que viriam a conduzir as transformações em curso para a instituição militar. Um dos grupos de destaque se formou com o retorno dos oficiais que foram à Alemanha e fundaram uma revista militar com o intuito de disputar o debate público e difundir a doutrina aprendida entre toda a tropa. Esse grupo ficou conhecido pela alcunha de *jovens turcos* e sua revista levou o nome de *A Defesa Nacional*, com a primeira edição sendo lançada em outubro de 1913.

A Defesa Nacional, inspirada no periódico alemão *Militaer Wochenblatt* (Nascimento, 2010, p. 62), não demorou a se tornar um dos principais periódicos militares, principalmente entre os jovens oficiais. Seus editoriais⁶ traziam como sua marca característica o tom de combate, instigando o debate público e buscando trazer sempre temas que respondiam às demandas do momento. Diferentemente da afirmação de José Murilo de Carvalho, para quem a revista seria “exclusivamente técnica”, dedicada a “traduzir regulamentos do Exército alemão, a difundir seu sistema de treinamento, suas práticas e costumes e a lutar por medidas como o sorteio, a educação militar, o afastamento da política, a defesa nacional” (Carvalho, 2019, p. 49), sua ata de fundação já apontava o contrário. Publicada na edição de outubro de 1933, aniversário de vinte anos da revista, seus fundadores deixaram clara a decisão de publicar uma revista “que refletisse os interesses do nosso exército e fosse, por consequência, um órgão de combate e um instrumento de trabalho” (*A Defesa Nacional*, n. 232, 1933, p. 466).

O editorial de sua primeira edição, é bastante significativo para compreender como a linguagem nacionalista pode estruturar o pensamento político produzido nos quartéis. Assim como em Clausewitz, *povo* e *nação* são diretamente relacionados e o exército é tido como o representante de seus interesses. Dessa forma, os “interesses militares” estariam “entrelaçados aos interesses nacionais” e “trabalhar pelo progresso dos meios de defesa de um povo” é tido como “um dos melhores meios de servir aos interesses

⁶ A equipe editorial da revista foi formada por jovens oficiais, com saída e entrada de membros ocorrendo sem nenhum padrão ou critério claro. Entre seus editores, encontram-se nomes de destaque como o de Berholdo Klinger e Leitão de Carvalho – lideranças importantes na contrarrevolução de 1932 –, Góes Monteiro – comandante da revolução de 1930 e principal figura do exército nos quinze anos seguintes –, além de Eurico Gaspar Dutra e Humberto Castelo Branco – presidentes em 1946-50 e em 1964-67, já na ditadura.

gerais desse povo” (A Defesa Nacional, 1913, n. 1, p. 1). No entanto, existiria uma diferença entre as nações: algumas, mais antigas, já estariam estabelecidas e, portanto, seus exércitos podem se manter em funções puramente militares; em outras, como no caso brasileiro, por ainda estarem em formação, torna-se dever do exército assumir funções que vão além de suas obrigações militares. A relevância do papel do exército para a formação e o desenvolvimento nacional seria um fato histórico para as “sociedades nascentes”, sendo necessário, portanto, um exército bem aparelhado para que sua função “conservadora e estabilizante” da sociedade seja cumprida.

Fica evidente, logo nos primeiros parágrafos, como o interesse corporativo de um grupo profissional é transformado em uma luta política que ultrapassa as fronteiras institucionais. A história apresentada sobre o percurso da nação tornou-se um artifício que a vincula à corporação militar, fazendo desta sua condutora para o progresso. Diante da grandiosidade do país, o desafio que o exército deverá encarar não será simples, afinal, com amplas costas marítimas, extensas fronteiras terrestres e ameaças que podem vir das quatro direções do mapa, o Brasil seria um país exposto e poderia encontrar desafios para suas “naturais aspirações de um desenvolvimento integral” (A Defesa Nacional, 1913, n. 1, p. 2). E quando tais obstáculos surgirem, o país poderá contar apenas com “as suas próprias forças”, isto é, “com a sua organização militar”.

Os editores da revista apresentam uma linha de desenvolvimento histórico bastante linear. O progresso das nações se assemelha e o que muda é apenas a temporalidade em que tudo ocorre. Nesse sentido, o passado das nações antigas tornou-se exemplo para o presente das nações mais novas. Porém, o futuro brasileiro seria peculiar diante da sua grandeza. Seus aspectos geográficos são elencados como fator determinante de seu desenvolvimento, sendo, assim, o principal elemento que compõe a imaginação dessa nação.

No entanto, se exército, nação e povo estão entrelaçados, este último ainda precisa ser consolidado. Para isso, caberia ao exército, enquanto o “primeiro fator de transformação político-social”, exercer sua função “educativa e organizadora” (A Defesa Nacional, 1913, n. 1, p. 2). Seus valores devem ser um espelho para o povo e os quartéis seriam as escolas de disciplina e hierarquia, bem como de “trabalho, sacrifício e patriotismo”. Apenas dessa forma será possível educar as massas no caminho da coletividade, através da qual “se exige e se obtém o sacrifício do primeiro e do maior de todos os bens que é a vida, em nome do princípio superior de pátria.” (A Defesa Nacional, 1913, n. 1, p. 2)

O contexto brasileiro nas décadas de 1910 e 1920 viu ganhar força uma série de autores e movimentos críticos à Primeira República (1891-1930), dentre os quais setores do exército fizeram parte. Os editoriais da ADN ocuparam um papel importante enquanto críticos, mas duramente defensores do papel do próprio exército na vanguarda do progresso nacional, de modo a evitar distúrbios sociais ou levantes militares que pudessem levar a caserna a situações de indisciplina e quebra de hierarquia. O conservadorismo exposto pelos editoriais, portanto, seguirá firme nas décadas seguintes (Pereira, 2024), mantendo o nacionalismo como a linguagem através da qual suas ideias políticas seguirão caminho. Porém, travando suas disputas a partir dessa mesma linguagem, outros grupos e figuras militares marcaram posições políticas distintas em busca de outros horizontes.

Ao longo da década de 1920 a política brasileira viu-se desafiada por oficiais de baixa patente que estavam dispostos a levantar-se em armas para transformar a realidade brasileira. Conhecidos como *tenentes*, o tenentismo⁷ passou por diferentes momentos entre 1922 e 1930, mantendo, contudo, o nacionalismo como uma de suas principais bandeiras e contando com Juarez Távora e Luís Carlos Prestes como destacadas lideranças, de modo que o rompimento entre os dois, em 1930, esclarece os limites das duas principais correntes existentes no movimento: uma liberal e outra socialista.

Em seu manifesto de rompimento⁸ com o tenentismo, publicado em maio de 1930, Luís Carlos Prestes inicia dedicando suas linhas “ao proletariado sofrido”, “aos trabalhadores oprimidos das fazendas” e “à massa miserável do nosso sertão” (*apud* Carone, 1975, p. 346) – esse destaque não é trivial, pois a posição política a ser ocupada pelas massas no processo revolucionário e no almejado futuro vitorioso será tema de discordância em Juarez Távora. A nação contida nas palavras do capitão sofria nas mãos de “uma minoria”, “proprietária das fazendas e latifúndios e senhora dos meios de produção”, que se apoiava no imperialismo estrangeiro para explorar e dividir o país (*apud* Carone, 1975, p. 348). Devido aos contínuos governos dos coronéis donos das terras, o Brasil estaria sufocado, com seus recursos direcionados para garantir os privilégios desses governantes de modo a ter se tornado diretamente dependente de capitais

⁷ Um rico panorama do movimento pode ser lido em “O tenentismo: acontecimentos – personagens – programa”, de Edgard Carone.

⁸ Os documentos analisados a seguir – “Manifesto de maio de 1930”, de Luís Carlos Prestes, e as duas cartas de resposta escrita por Juarez Távora, em maio e junho do mesmo ano – estão reproduzidos em Edgard Carone (1975).

estrangeiros (*apud* Carone, 1975, p. 349). Contudo, apesar de se encontrar esfacelado, o país possui condições reais para vencer e encontrar sua “real emancipação”. Afinal, em posse de “riquezas naturais”, solo fértil, território extenso e “possibilidades de um rápido desenvolvimento industrial autônomo”, o progresso nacional é uma condição quase natural, travado apenas pelas oligarquias que governam o país.

A única alternativa “útil aos interesses nacionais” seria, no entanto, um governo das “verdadeiras massas trabalhadoras das cidades e dos sertões”, capaz de implementar as reivindicações propostas pelo autor (*apud* Carone, 1975, p. 350). As massas populares ocupam, assim, posição central na nação imaginada por Prestes, com estes como representantes legítimos da nacionalidade, que sofrem na pele os desagrvos dos governantes, de modo a serem os únicos capazes de se levantarem contra a situação vigente e conduzir o país em direção ao progresso.

Em resposta, ainda em maio de 1930, o tenente Juarez Távora deixa claro em suas linhas iniciais não aceitar “a solução social e política” apontada por Prestes para “resolver o problema brasileiro” (*apud* Carone, 1975, p. 350). O tenente está de acordo com o diagnóstico do líder socialista, mas sua revolução seria outra. Nesta, as massas não podem ocupar tamanha centralidade, pois faltam-lhes “coesão, iniciativa, audácia e, sobretudo, eficiência bélica” (*apud* Carone, 1975, p. 353).

Na carta de junho do mesmo ano, Juarez Távora deixa claro que, incapazes de governar-se a si mesmos, dificilmente um governo cujas bases fossem os operários, marinheiros e soldados poderia produzir algo melhor que aquilo já posto (*apud* Carone, 1975, p. 363). Assim, a revolução almejada por Távora, aquela “possível no Brasil”, deveria ser um “patrimônio comum”, capaz de unir todos os brasileiros, sem distinção de classe ou posição política, de modo que, em esforço conjunto, seja capaz de transpor os problemas da máquina política do país.

Diante das posições de Luís Carlos Prestes e Juarez Távora, o conteúdo do nacionalismo de ambos entra em conflito. Se a necessidade de uma revolução nacional foi suficiente para unir os dois militares, o acirramento das lutas políticas fez dos distintos horizontes algo inconciliável. A nação de Prestes seguiria o caminho socialista, colocando o povo para governar contra os interesses burgueses na busca por libertar o país da exploração oligárquica e dos interesses estrangeiros. Por outro lado, Távora acreditava na unidade nacional, capaz de governar as massas desordenadas e despreparadas para as funções de governo e, enfim, alcançar um modelo de progresso compatível com a realidade nacional. Mais importante que conselhos operários seria, para o tenente liberal,

uma constituição “nacionalizada”, isto é, “capaz de ser bem executada pela elite deficiente que possuímos” (*apud* Carone, 1975, p. 352) – mas possível apenas através de uma reforma executada pela força.

Fica claro, portanto, que no calor das lutas políticas o nacionalismo da caserna se deparou com interesses variados imaginando nações por vezes antagônicas. O Brasil é o mesmo, com suas belezas naturais, território rico e extenso, naturalmente destinado ao desenvolvimento. Porém, no horizonte dos editores d’*A Defesa Nacional* estava uma sociedade ordeira, com o exército como espelho, disciplinador das massas e condutor do progresso na medida em que se capacitava militarmente para defender o país. Já os tenentes encontraram na revolução a única forma de resolver os problemas diagnosticados – fator que criou uma cisão dentro da caserna diante daqueles que recusaram o processo revolucionário. No entanto, até mesmo entre os tenentes havia divergências sobre os futuros almeçados para o mesmo Brasil, e a maneira pela qual as massas eram lidas determinou sua cisão.

A linguagem nacionalista não apenas se manteve, como foi disputada na medida em que os diferentes projetos políticos ganhavam corpo. As condições dessa disputa não estavam no debate intelectual acerca do conceito de pátria e nação ou sobre os verdadeiros sentidos do passado brasileiro, mas nas condições reais das lutas e seus desdobramentos. Foram as modernizações sobre as quais tanto escreveram os editores da revista que formaram os tenentes revolucionários⁹, essa mesma “escola de patriotismo”, que ensinou os comandantes Prestes e Távora a lutar por sua nação.

Se o uso das linguagens políticas como um meio de pesquisar a história das ideias significa também pesquisar, nas palavras de John Pocock, “uma história da retórica, e não tanto da gramática, do conteúdo afetivo e efetivo do discurso, e não tanto de sua estrutura” (Pocock, 2003, p. 67), o exército brasileiro aparece como um rico objeto de estudo. Afinal, a retórica nacionalista permeia todo o debate militar, com seu conteúdo apontando para direções variadas, como nos casos acima – mas não se limitando a eles.

⁹ *A Defesa Nacional* foi o principal meio através do qual os setores modernizantes do exército expressavam suas reivindicações. Os problemas apontados faziam referência tanto às péssimas condições materiais das tropas, quanto à má formação militar dos oficiais. José Murilo de Carvalho (2019) e Frank McCann (2007) fornecem ótimos panoramas históricos sobre o período.

3 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou, portanto, refletir como o nacionalismo pode assumir facetas diversas quando lido sob o conceito de comunidade imaginada, mas também enquanto uma linguagem política. Se ao ser imaginada a nação se mostra passível de distinções elaboradas pelos seus próprios nacionais, é como uma linguagem política que seu conteúdo entra em debate a partir das próprias lutas políticas. Assim, tanto os editoriais d'A *Defesa Nacional* quanto as divergências entre os tenentes Luis Carlos Prestes e Juarez Távora mostram isso.

Contudo, o nacionalismo se mantém central após a década de 1930, sendo associado às questões do momento e tornando-se parte das respectivas ideologias em disputa. Após a Revolução de 1930 aumenta a aproximação entre setores do exército e o Partido Comunista do Brasil (PCB) devido à popularidade de Luís Carlos Prestes, levando ao crescimento de oficiais socialistas¹⁰ na caserna. Outros tenentes, além de Juarez Távora, tornam-se parte do governo de Getúlio Vargas, contribuindo para o peso nacionalista de seu governo. No entanto, com a redemocratização de 1945, o nacionalismo das disputas intramilitares se intensifica. Os debates em torno da questão do petróleo, e a campanha “O Petróleo é Nosso”, tornou explícita a divisão dos militares em grupos antagônicos, com projetos políticos sendo pautados por “interesses nacionais” e posições assumidas em nome da “segurança nacional” (Carvalho, 2019; Peixoto, 1980). Após tamanha divisão, cada eleição, cada governo, cada decisão política passou a ser debatida entre os militares, com cada grupo assumindo posições não apenas intelectuais, com conferências e escritos, mas também com ação política direta. A luta se tornou a forma que os brasis imaginados ganhavam sentido e os diferentes sentidos dos nacionalismos assumiram seus contornos.

Desse modo, a pesquisa sobre a história das ideias dos militares brasileiros deve, invariavelmente, percorrer a trajetória do nacionalismo da caserna. Foi através dessa linguagem – mas não só, podendo ser mobilizada em conjunto com outras, como aponta Pocock (2003) – que os oficiais formalizaram seu pensamento, impuseram seus argumentos e formalizaram alianças. Enquanto uma instituição que preza pela lealdade à nação e se propõe a ser uma escola de patriotismo, as linguagens nacionalistas, no plural, se mostram definidoras do pensamento político desses atores.

¹⁰ O termo “socialismo” é utilizado aqui enquanto um grande campo ideológico, tal como liberalismo e conservadorismo, sem fazer qualquer juízo sobre sua pluralidade.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920 – 1940)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- CARONE, Edgard. **O tenentismo – acontecimentos – personagens – programa**. São Paulo, DIFEL, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. São Paulo: Editora Todavia, 2019.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, 1979.
- FREEDEN, Michael. **Ideología: una brevíssima introducción**. Santander: Ediciones Universidad Cantabria, 2013.
- GAT, Azar. **The origins of military thought from the Enlightenment to Clausewitz**. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado: Teoria Política das Relações entre Civis e Militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- KAYSEL, André. **Entre a nação e a revolução: marxismo e nacionalismo no Peru e no Brasil (1928 - 1964)**. São Paulo: Alameda, 2018.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: história do exército brasileiro – 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do exército brasileiro (1931-1937)**. Dissertação (História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PEIXOTO, Antonio Carlos. O CLUBE MILITAR E OS CONFRONTOS NO SEIO DAS FORÇAS ARMADAS (1945-1964). In ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

PEREIRA, Gustavo Henrique Morais. **A defesa como política: o pensamento político do exército brasileiro e a revista A Defesa Nacional (1913-1930)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2025.

POCOCK, John G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

NOTAS

HISTÓRICO

RECEBIDO: 11/11/2025

APROVADO: 20/03/2026

PUBLICADO: 13/04/2026

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor e orientador André Kaysel pela disciplina sobre nações e nacionalismo e as conversas sobre o tema que tornou possível o desenvolvimento das ideias deste trabalho.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: G. H., Pereira;

Coleta de dados: G. H., Pereira;

Análise de dados: G. H., Pereira;

Discussão dos resultados: G. H., Pereira;

Revisão e aprovação: G. H., Pereira.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflitos de interesses.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Em Tese os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional (CC BY). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.